



## **AS REDES FEMINISTAS E O ESTADO: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS POLÍTICOS NOS GOVERNOS, BRASILEIRO E CANADENSE**

Cynthia Mara Miranda<sup>1</sup>  
Lia Zanotta Machado<sup>2</sup>

### *Introdução*

Os movimentos feministas têm se articulado conforme destaca Alvarez (2000) em uma “sociedade civil global”. Nos últimos anos observa-se nas Américas uma multiplicação dos espaços em que as feministas atuam em razão da rápida apropriação ou absorção de algumas temáticas feministas pelos Estados e sociedades americanas.

O artigo examinou as articulações de duas redes feministas para a incorporação das suas temáticas nas políticas públicas para mulheres no Brasil e no Canadá, a Articulação das Mulheres Brasileiras (AMB) e a rede canadense National Action Committee on the Status of Women (NAC). As referidas redes desempenham o papel de lobby e negociação para que as temáticas feministas sejam incorporadas nos governos dos respectivos países. O marco teórico seguiu a vertente dos estudos de gênero que enfatizam especialmente a relação entre os movimentos feministas e o Estado (Costa, 2005; Eicher & Lavigne; Pinto, 2002; Sawyer, 1996; Valente, 2007; Vickers, Rankin & Appelle, 1993; Machado, 2010).

Apesar das inúmeras conquistas das mulheres no mundo, o continente americano ainda enfrenta o desafio de garantir todos os direitos humanos a todas as mulheres de todos os países. Dados da pesquisa realizada pelo Fórum Econômico Mundial (2008) sobre o empoderamento das mulheres e a avaliação das disparidades globais de gênero apontam o Canadá na 31ª e o Brasil na 73ª posição. Ao eleger Brasil e Canadá para essa pesquisa comparativa levou-se em consideração a existência de órgãos governamentais direcionados ao planejamento, acompanhamento e execução de políticas públicas para as mulheres com status de ministério e a existência de redes feministas nacionais atuando ativamente para viabilizar o diálogo das feministas com os estados.

Os movimentos feministas congregam em sua gênese a diversidade étnica, etária, de orientação sexual e de pontos de vista. A proposta do estudo das redes feministas visou, dessa forma, captar essa multiplicidade de feminismos já que as redes congregam diferentes grupos

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB) e docente do curso de Jornalismo na Universidade Federal do Tocantins (UFT). [cynthiamara@uft.edu.br](mailto:cynthiamara@uft.edu.br)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (USP), com Pós-doutorado em Antropologia na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) em Paris, professora Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB).



espalhados pelas extensões geográficas brasileiras e canadenses. Ao considerar a atuação das redes feministas o estudo destacou o papel que a AMB e a NAC desempenham na elaboração das políticas públicas para as mulheres e no monitoramento dessas políticas no Brasil e no Canadá.

O presente trabalho faz parte das primeiras reflexões que resultarão em uma tese de doutoramento em Ciências Sociais da autora do artigo na Universidade de Brasília. A pesquisa pretende, em um estágio posterior verificar como a NAC e a AMB atuaram para que suas demandas fossem atendidas e que fossem elaboradas políticas públicas para as mulheres pelos ministérios responsáveis pela condição da mulher: Status Women of Canadá e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres no Brasil.

### *Feminismos tecendo arenas nacionais e internacionais: AMB e NAC*

Segundo Descarries (2002) o feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos transformação profunda, da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero.

O feminismo tem mostrado que a agenda de gênero é uma agenda sem fronteiras. Para Castells (1999) o movimento feminista é composto pelo entrelaçamento de indivíduos, organizações e campanhas atuando em rede e é esse tipo de atuação que o torna vital, flexível e diversificado.

A atuação em rede dos movimentos sociais ganhou força a partir do século XX com o advento da internet. No caso dos movimentos feministas, além da internet que possibilitou a troca de informações sobre a atuação local, nacional e internacional, temos a criação das arenas políticas internacionais promovidas pelo ciclo de conferências sobre a mulher da Organização das Nações Unidas - ONU<sup>3</sup>.

A incorporação das temáticas dos movimentos feministas nas instâncias governamentais conforme Alvarez (2000) ressalta a necessidade de “inventar novas formas de fazer política” para promover mudanças que visam garantir a igualdade de oportunidades para as mulheres.

---

<sup>3</sup> A Organização das Nações Unidas foi uma das grandes impulsionadoras para a organização do movimento feminista brasileiro e canadense, pois promoveu discussões sobre temáticas relacionadas a mulher, realizou uma série de eventos que permitiu a troca de experiências de feministas de várias parte do mundo. A ONU decretou 1975 como o Ano Internacional da Mulher, traçando uma estratégia global para melhorar a qualidade de vida das mulheres no mundo por meio de um plano de ação mundial, elaborado diante a Conferência realizada, na cidade do México em homenagem ao Ano Internacional da Mulher.



As novas formas de fazer política estão diretamente relacionadas à busca da igualdade entre os gêneros, nesse sentido, oferecem condições de emponderamento para que as mulheres usufruam de melhores condições de inserção em diferentes setores da sociedade. O mercado de trabalho e a arena da política representativa são alguns desses setores onde as mulheres enfrentam condições desfavoráveis de participação, o que conseqüentemente, tem corroborado para reforçar a desigualdade entre gêneros. Em vários postos de trabalho persistem diferenças salariais entre mulheres e homens e na política a mulher é subrepresentada, no Brasil não chega a 10% o número de mulheres em cargos eletivos nas instâncias municipais, estaduais ou federais.

Para que as mulheres possam estar inseridas como sujeito político e donas de sua história existem políticas públicas incumbidas de garantir o exercício da cidadania às mulheres. As políticas públicas são ações que visam à garantia dos direitos coletivos, ou seja, dos direitos sociais. Tais ações têm por intento dar conta de demandas que surgem no cotidiano de determinados segmentos sociais.

As mulheres fazem parte de um segmento social e por isso as políticas públicas a elas relacionadas buscam atender suas necessidades específicas para que possam ter o exercício pleno da sua cidadania por meio da garantia dos seus direitos e do reconhecimento das desigualdades de oportunidades existentes entre os gêneros em várias partes do mundo.

Virgínia Valente (2000)<sup>4</sup> destaca que os movimentos feministas têm pressionado os Estados a dialogar e gerar novas formas de institucionalização e de mediação com os interesses das cidadãs. A presença das redes nacionais feministas têm facilitado o diálogo dos movimentos feministas com o Estado brasileiro e canadense, influenciando na criação de ambientes institucionais e políticas públicas formalmente incumbidas de garantir os direitos das mulheres.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres – SPM e a Status of Women Canadá – SWC, ministérios responsáveis por estabelecer políticas públicas para as mulheres e remover as barreiras da participação feminina nas sociedades brasileiras e canadenses desde sua criação 2003 (SPM) e 1971 (SWC) têm estado atentas as questões que afetam diretamente as mulheres e têm mantido um diálogo aberto com os movimentos feministas para discutir suas demandas.

A SPM possui várias campanhas, projetos e programas que estão diretamente incumbidos de avançar na igualdade entre os gêneros. Entre eles podemos destacar o Programa Pró-equidade de Gênero, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II), o Pacto Nacional pelo

---

<sup>4</sup> VALENTE, Virginia Vargas. *Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina*. Documento apresentado no Painel de Direito Internacional "Presupuestos nacionales para la equidad". Quito. Disponível em: <[www.unifemandina.org/docu.html](http://www.unifemandina.org/docu.html)>. Acesso em: 5 Out. 2009.



Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres e Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Na mesma direção a SWC também possui iniciativas como *Women's Community Fund*, *Women's Program*, *Women's Partnership Fund* e o *Federal Plan for Gender*.

Além do diálogo estabelecido com os seus respectivos estados, as redes passam a dialogar em uma esfera política internacional para traçar estratégias de atuação conjunta para que os diferentes países do mundo assumam o compromisso de eliminar a desigualdade entre os gêneros por meio da elaboração de políticas públicas.

Os movimentos feministas conquistaram um espaço de atuação internacional na ONU para pautar a questão de gênero nos espaços inter-governamentais e para discutir a elaboração de políticas públicas para as mulheres no mundo. No entanto, apesar das resoluções que fornecem o substrato para elaboração dessas políticas a decisão de elaborar as políticas públicas para as mulheres depende mais do compromisso do Estado em assumir as questões de gênero como questões de governo. Alvarez (2000) ressalta que a incorporação de reivindicações selecionadas pelos discursos e pela política oficial da ONU e do governo não significa necessariamente a tradução em implementação efetiva.

Esses movimentos em várias partes do mundo têm colocado nos espaços públicos as temáticas relacionadas aos problemas enfrentados pelas mulheres. Campanhas pelos direitos legais das mulheres, pelo direito da mulher à sua autonomia e à integridade de seu corpo, pelo direito ao aborto, pelos direitos reprodutivos, direito à proteção contra a violência doméstica, o assédio sexual e o estupro; inúmeras são as questões tratadas por esses movimentos.

Tanto no Brasil como no Canadá, os movimentos feministas têm se organizado e apresentado suas reivindicações aos Estados há pelo menos três décadas. A presença da NAC no Canadá e da AMB no Brasil têm mostrado que apesar da diversidade de feminismos é possível construir articulações com objetivos comuns para que as demandas das mulheres sejam materializadas em políticas públicas.

A atuação das referidas redes está presente em todo território nacional do Brasil e Canadá. A AMB possui representações em todos os estados brasileiros enquanto a NAC tem maior representatividade nas províncias canadenses onde a influência inglesa predomina de forma mais acentuada como é o caso de Ontário, Manitoba, Saskatchewan, Alberta e British Columbia. Para contextualizar a atuação das redes feministas nos respectivos países, faremos um breve histórico do NAC e da AMB.



### *Articulação das Mulheres Brasileiras*

A Articulação das Mulheres Brasileiras surgiu em 1994 quando organizações feministas buscaram fortalecer as organizações de mulheres brasileiras no contexto pré- IV Conferência Mundial sobre a Mulher que foi realizada, em Beijing, na China, em 1995. Pela primeira vez, organizações de mulheres de todos os estados brasileiros foram massivamente convocadas e apoiadas nos debates preparatórios a uma conferência das Nações Unidas, processo do qual resultou a criação da própria AMB.

Os anos seguintes foram dedicados a divulgação dos acordos e posterior avaliação dos primeiros 5 anos de implementação da Plataforma de Beijing, no Brasil. A movimentação criada em torno da participação das brasileiras na conferência resultou no surgimento de novos fóruns e articulações de mulheres nos estados brasileiros. No ano de 1999 a AMB concentrou seus esforços para apoio e aliança com articulações de mulheres negras no processo de debates preparatórios à Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban (África do Sul, 2001).

Em 2000 a partir das discussões realizadas na V Reunião Nacional da AMB, na qual participaram representantes de articulações de mulheres de vários estados foi definida a organização de uma conferência nacional de mulheres que sintetizasse em uma plataforma a agenda feminista de longo prazo e ainda apresentasse as mulheres como sujeitos políticos no contexto eleitoral de 2002. No histórico da AMB disponível em sua página eletrônica a organização destaca que:

durante o período eleitoral de 2002, a AMB cresce nos estados e no âmbito nacional. O principal resultado das atuações dando prioridade ao desenvolvimento de um monitoramento para as plataformas de ação decorrentes das conferências do Ciclo Social das Nações Unidas e as ações de debate entre os movimentos sociais, no campo internacional, através do Fórum Social Mundial foi a elaboração da Plataforma Política Feminista, construída no processo da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB), Brasília, junho de 2002.

Em 2003 a AMB trabalha para fortalecer a presença feminista nos fóruns e articulações estaduais, manter a interlocução com outras redes nacionais de mulheres e iniciar o diálogo com o novo governo para que as propostas da Plataforma Política Feminista pudessem ser incorporadas nas políticas públicas para as mulheres.

Novos desafios surgem para a AMB com a criação da Articulação Feminista Mercosul e do Fórum Social Mundial. A Articulação Mercosul<sup>5</sup> assim como a AMB surge a partir dos diálogos e alianças estabelecidos no processo Beijing.

---

<sup>5</sup> A Mercosul constituiu-se em 2000, por organizações, coordenações nacionais e redes feministas do Uruguai, Brasil, Chile, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru. Considera prioridades os processos de integração do Mercosul e o Fórum Social Mundial, no qual lança, em 2001, a Campanha Tua Boca Fundamental Contra os Fundamentalismos. A AMB



A Articulação das Mulheres Brasileiras ao longo de sua história tem sido um espaço político público para o fortalecimento da identidade feminista, a defesa de direitos das mulheres junto ao governo federal e a incidência sobre o contexto internacional.

### *National Action Committee on the Status of Women*

O NAC foi fundada em 1971 como um grupo de pressão para fazer lobby para a execução das 167 recomendações formuladas por diferentes grupos de mulheres e feministas; apresentadas a Comissão Real da Condição Feminina. O relatório das recomendações elaborado em 1970 apresenta diferentes demandas de políticas públicas tais como creches, controle de natalidade, licença maternidade, direito da família, educação e pensões. O National Action Committee foi fundado em 30 de janeiro de 1971 com o objetivo de trocar informações sobre atividades e planos de ação dos grupos de mulheres participantes "e liderar" uma unidade para a implementação dessas recomendações da Comissão Real Relatório sobre a Situação da Mulher, que visam à igualdade de oportunidades para as mulheres.

Após ser criado como um Comitê Ad hoc para tratar da condição da mulher, o NAC cresceu e se tornou a maior organização feminista nacional do Canadá Inglês<sup>6</sup>, com um total de 700 grupos filiados. Sua atuação cresceu além da implementação das recomendações pela Comissão Real e passou a incluir na pauta de suas discussões questões como a pobreza, o racismo, os direitos sexuais e reprodutivos e a violência contra as mulheres.

NAC recebeu grande parte do seu financiamento do governo federal até cortes por parte do governo do Partido Progressista Conservador de Brian Mulroney em 1984 que forçou a despedir os seus funcionários e cortar seu orçamento.

Os cortes continuaram durante o governo do Partido Liberal de Jean Chrétien e, em 1998, o grupo encerrou as operações em grande parte por um tempo depois que Status Women Canadá, um departamento do governo federal, deixou de conceder dinheiro para as operações do dia-a-dia.

Apesar das dívidas e das atividades reduzidas ao longo da década de 90 até o século 21, a NAC tem se reinventado nos últimos anos e tem servido como uma arena importante para o desenvolvimento de abordagens feministas nas políticas públicas.

---

torna-se parceira nas ações da campanha e no diálogo e reflexão da Articulação Feminista Marcosur em sua ação no Comitê Internacional do FSM. Disponível em: [[http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/index.php?cod\\_pagina=115](http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/index.php?cod_pagina=115)]. Acesso 20 jun 2010.

<sup>6</sup> Ideologicamente, o movimento de mulheres do Canadá inglês é diverso, mas também apresenta uma significativa capacidade de empreender uma ação colaborativa, manter coalizões e alianças para realizar várias ações políticas distintas ao mesmo tempo (Vickers, Rankin & Appelle, 1993).



### *Considerações Finais*

O estudo destacou que a incorporação das temáticas feministas nos governos visa garantir a inclusão das perspectivas de gênero no desenvolvimento democrático e a presença das redes feministas tem desempenhado um papel fundamental para efetivação desta incorporação, uma vez que as redes organizam as demandas feministas e negociam com os estados a inclusão dessas demandas nas políticas públicas.

A atuação da AMB e da NAC coloca em evidência a capacidade dos feminismos de influenciar a definição das políticas públicas ao constatar o êxito alcançado pelos movimentos feministas ao reivindicar atuações específicas do Estado brasileiro e canadense. Tais atuações geram práticas de governabilidade democrática que permitem novas formas de institucionalização e de mediação com os interesses das mulheres resultando na formulação e implementação de políticas públicas específicas de sua condição.

Os resultados da análise aqui apresentada, de longe pretendem ser conclusivos. Porém, certamente estimulam a reflexão e abrem linhas de indagação importantes para meu projeto intelectual como a articulação em rede dos movimentos feministas pelo mundo e os consensos estabelecidos por estes na formulação de demandas que têm como objetivo principal a eliminação da desigualdade entre os gêneros no mundo.

### *Referências Bibliográficas*

- ADAMSON, Nancy, BRISKIN, Linda & MCPAHL, Margaret ed. *Feminist Organizing form Change: The Contemporary Women's Movement in Canada*. Oxford Univ. Press, 1989.
- ALVAREZ, Sônia E. et. al *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. “Um outro mundo (também feminista...) é possível: construindo espaçostransnacionais e alternativas globais a partir dos movimentos”. In: *Rev. Estud. Fem.* Vol. 11 no.2 Florianópolis July/Dec., 2003.
- APPELLE, C; RANKIN, Pauline L; VICKERS, Jill. *Politics is women mattered – A political analysis of the National Action Committee on the Status of Women*. Canadá: University of Toronto Press Incorporated, 1993.
- ARTICULAÇÃO BRASILEIRA DE MULHERES. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/index.php>
- BANDEIRA, Lourdes. Brasil: Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Convênio Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, Secretaria Especial de Política para as Mulheres – SPM, Brasília, Janeiro, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COSTA, Ana Aline A. “O Movimento Feminista no Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política”. In: *Labrys Estudos Feministas*, jan/jul, 2005.



- DESCARRIES, Francine. “Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec”. In: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.
- GUZMÁN, Virgínia. “La equidad de género como tema de debate y de políticas públicas”. In: LARGO, Eliana. *Gênero em el Estado – Estado del Gênero*. Chile: Ediciones de las Mujeres n° 27, Isis Internacional, 1998.
- HAUSMANN, Richard, TYSON, D. Laura & ZAHIDI, Saadia. *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2008.
- MACHADO, Lia Zanotta. “Feminismo, Academia e Interdisciplinaridade”. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina (Orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- \_\_\_\_\_. “Atender Vítimas, Criminalizar Violências. Dilemas das Delegacias da Mulher”. In: *Série Antropológica*, n 319. Brasília: UnB, Depto. de Antropologia, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas biológicas, jurídicas e religiosas”. *Série Antropológica*, n 419. Brasília: UnB, Depto. de Antropologia, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Feminismo em Movimento*. Brasília: Francis/Verbena, 2010.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- RANKIN, Pauline L.; VICKERS, Jill. *Women`s Movements and State Feminism: Integrating Diversity into Public Policy*. Canadá: Status Women Canadian, 2001.
- SAWER, Marian. *Femocrats and Ecorats: Women`s Policy Machinery in Austrália, Canadá and New Zealand*. United Nations Rereasrch Institute for Social Development, 1996.
- STETSON, Dorothy McBride and MAZUR, Amy G. (eds). “Introduction.” In *Comparative State Feminism*, Thousand Oaks/London/New Delhi:Sage, 1995.
- TELES, Amelinha. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- VALENTE, Virginia Vargas. Presupuestos sensibles al género: las experiencias en América Latina. Ponencia presentada en el panel internacional titulado "Presupuestos nacionales para la equidad". Quito, Disponível em: <[www.unifemandina.org/docu.html](http://www.unifemandina.org/docu.html)>. Acesso: 23 jan 2007.